

Sócios de Ribeirão Preto tornam-se réus em caso de crimes financeiros

Empresa de investimentos é acusada de praticar fraudes e manipulação de dados

Durante anos, a Mercatore Investimentos construiu sua base de clientes fundamentada em promessas de ganhos financeiros substancialmente acima da média do mercado. A empresa sustentava sua credibilidade oferecendo uma equipe de especialistas qualificados e a existência de um fundo garantidor próprio, destinado a proteger o patrimônio dos aplicadores. Atraídos por essa estrutura aparentemente sólida, diversos investidores realizaram aportes de grande vulto, com valores que variavam entre R\$ 330 mil e R\$ 600 mil, confiando nas garantias apresentadas pela corretora.

No entanto, relatos de clientes apontam um padrão de engano e prejuízos severos. Uma investidora, que aplicou R\$ 330 mil, aguardava o resgate de R\$ 382 mil que jamais foi concretizado. Segundo seu depoimento, os gestores eram extremamente articulados e forneciam um volume massivo de informações técnicas, estratégia utilizada para elevar o nível de confiança dos depositantes.

Outro cliente, que investiu R\$ 600 mil, só percebeu o retorno prometido no 1º mês de operação. Ao tentar reaver seu capital, não obteve qualquer resposta da instituição. Muitos desses investidores, acreditando na legitimidade do negócio, chegaram a recomendar a empresa para familiares e amigos, ampliando o rastro de perdas financeiras.



Vetor pch/Freeepik

As denúncias incluem gestão fraudulenta, desvio de dinheiro e formação de quadrilha

Investigação

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o esquema envolveu mais de 600 pessoas que realizaram aplicações na Mercatore ou na Meca, corretoras vinculadas aos empresários de Ribeirão Preto Breno Pignata, Felipe Rassi e Edilson Games.

O trio é réu na Justiça Federal por crimes financeiros e associação criminosa. A acusação aponta que os sócios captaram recursos para investimentos no mercado de capitais, mas se recusaram a devolver o montante investido.

As investigações detalhadas pelo MPF revelaram a prática de fraudes contábeis e a manipulação sistemática de balanços para ocultar prejuízos acumulados. Enquanto a taxa básica de juros do país (Selic) girava em torno de 2% ao ano no período, a Mercatore prometia retornos exorbitantes de até 30% anuais.

Esse diferencial servia como isca para outros aportes. Com as evidências de gestão fraudulenta, desvio de dinheiro e formação de quadrilha, a Justiça Federal aceitou a denúncia contra os sócios.

Medidas judiciais

Em decisão proferida em fevereiro de 2022, o Judiciário determinou uma série de medidas restritivas para assegurar o ressarcimento das vítimas. Entre as providências, destacam-se o arresto de bens dos réus, incluindo veículos de luxo como uma motocicleta Ducati Panigale V4 S, e o bloqueio de ativos financeiros em contas bancárias até o limite de R\$ 402.631,00.

Também foram emitidos ofícios a órgãos reguladores, como a CVM e a B3, além de corretoras, para rastrear movimentações fi-

nanceiras dos envolvidos.

A decisão judicial incluiu ainda a desconsideração da personalidade jurídica da empresa e a inversão do ônus da prova, o que obriga os réus a apresentarem todos os contratos firmados com os clientes. O descumprimento dos prazos para contestação pode levar à decretação de revelia.

Ilusão financeira

O modus operandi da empresa envolvia convencer os interessados a investir em um fundo próprio, supostamente seguro. A Polícia Federal identificou pelo menos 527 transações irregulares entre 2018 e 2021, realizadas em total desrespeito aos contratos de prestação de serviços.

A denúncia aponta que parte dos valores foi drenada para empresas de capital fechado ligadas aos sócios, onde o dinheiro era dissipado sem gerar retorno. Outra parcela foi alocada em operações de altíssimo risco na Bolsa de Valores, resultando em um prejuízo real de R\$ 16,1 milhões. Quando a empresa começou a sofrer pressões por liquidação, os investidores foram privados de seu patrimônio e encontraram o escritório físico fechado.

De acordo com as informações, mesmo após a separação da sociedade entre Felipe e Breno em 2020, o esquema seguiu na Meca Investimentos e os sócios agora respondem por gestão temerária.

Hipopótamo, símbolo de parque, é sepultado em Leme

Divulgação/PM L

O enterro do hipopótamo Juninho, símbolo do Parque Ecológico Mourão, no município de Leme, ocorreu nesta quarta-feira (4). O animal, que viveu 50 anos no local, faleceu na terça (3) após enfrentar fragilidades de saúde decorrentes da idade avançada. A prefeitura avalia criar um memorial em sua homenagem.

O parque foi temporariamente interditado para a necropsia, conduzida por pesquisadoras da USP de Pirassununga. Devido ao peso de 1,5 tonelada, foi necessário o uso de guindaste e retroescavadeira para o manejo. O enterro seguiu normas ambientais rigorosas e ocorreu no próprio parque, mas longe da lagoa original para evitar a contaminação da nascente.

Juninho chegou ao recinto com apenas três anos e era o morador mais antigo. Recente-



Juninho viveu 50 anos e poderá ganhar um memorial

mente, apresentou debilidade e suspeita de problemas dentários, chegando a ingerir 750 comprimidos em cinco dias de tratamento. Apesar da resposta inicial, ele não resistiu durante um procedimento médico. O veterinário confirmou morte por

causas naturais.

A administração municipal decidiu que não haverá substituição do animal. No futuro, o lago onde o hipopótamo residia será adaptado para a prática de pesca esportiva, abrindo o espaço para o público.

Câmara aprova projeto “Lixo Zero nas Escolas”

Foi aprovado, em primeira discussão, o Projeto de Lei nº 551/2025, de autoria do vereador Ítalo Moreira, que institui o Programa “Lixo Zero nas Escolas Municipais de Sorocaba”. A proposta tem como objetivo promover a educação ambiental e a gestão adequada de resíduos sólidos no ambiente escolar, incentivando a redução da geração de lixo, a coleta seletiva, a compostagem de resíduos orgânicos e ações permanentes de conscientização sobre consumo consciente e sustentabilidade.

De acordo com o projeto, o programa deverá ser implementado de forma progressiva na rede municipal de ensino, prevendo etapas como diagnóstico da geração de resíduos nas unidades escolares, capacitação de gestores e servidores, implantação de estruturas para coleta seletiva e realização de campa-

nhas educativas. O texto autoriza a atuação integrada entre as secretarias municipais envolvidas e a celebração de parcerias com cooperativas, entidades da sociedade civil, universidades e empresas com responsabilidade socioambiental.

De acordo com o autor, o entendimento é de que não existe lixo, mas resíduos que podem ser reaproveitados por reciclagem ou compostagem. A proposta foi aprovada.

Outros temas

Além do ‘Lixo Zero’, foram debatidas propostas como “Monitoramento e Proteção Integral da Criança e do Adolescente”, “Incentivo à Mulher no Esporte” e proibição de eventos de manobras perigosas com motocicletas. No entanto, estas foram prejudicadas e saíram da pauta.